

Seção: Artigo

**Trilha: Educação e
Tecnologia**

Isabela Marinho Menezes
Instituto Federal do Mato Grosso do
Sul (IFMT)
Ministério dos Direitos Humanos e da
Cidadania

isabela.marinho@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4863-215X>
<http://lattes.cnpq.br/9460212375635089>

Paula Aparecida Diniz Gomides
Universidade Federal de Minas Gerais
UFMG/GPEALE
contatopaulagomides@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4699-4309>
<http://lattes.cnpq.br/2301779707132368>

Valquíria Ferreira Ribeiro
Instituto Nacional de Educação de
Surdos (INES)
Divisão de Formação e Capacitação de
Recursos Humanos (DFCRH)
vfrval@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0556-2374>
<http://lattes.cnpq.br/0160323723163885>

Contribuição das autoras:

Isabela Marinho Menezes: Revisão e
metodologia.

Paula Aparecida Diniz Gomides:
Análise dos dados, pesquisa, escrita –
revisão e edição.

Valquíria Ferreira Ribeiro:
Metodologia, conceituação, escrita –
revisão e edição.

Este trabalho está licenciado com uma
licença *Creative Commons* Atribuição



4.0 Internacional

Esta licença permite que os/as
usuários(as) do seu material possam
distribuir, remixar, adaptar e criar a
partir do material criado por você,
mesmo que seja para fins comerciais,
mas desde que quem usar atribua o
devido crédito pela autoria inicial da
obra.



SURDEZ E EDUCAÇÃO SUPERIOR: contribuições da tecnologia para o bilinguismo nas universidades

Resumo

A educação de surdos tem sido um tema presente em diversos nichos de discussão pública, sobretudo em razão das leis que reconhecem a Libras como a língua da comunidade surda. Apesar dos avanços legislativos, é notável a necessidade de maior articulação, sobretudo no que tange à inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior, trajetória marcada pela exclusão em etapas posteriores. Por sua vez, as tecnologias têm sido cada vez mais utilizadas no contexto educacional, favorecendo a oferta de um ensino mais dinâmico, interativo e integrador, a partir do uso de diferentes linguagens. Partindo deste pressuposto, o objetivo deste texto é analisar a inclusão da comunidade surda no Ensino Superior a partir da utilização de recursos tecnológicos, ressaltando que estes são excluídos do interior, a partir de uma concepção histórica de dominação e subordinação. Questionamos: podemos construir universidades bilíngues a partir da articulação entre a educação de surdos e as tecnologias? Realizamos uma investigação de cunho qualitativo, pautada no levantamento das contribuições de autores que abordam a educação de surdos sob o ponto de vista cultural. Além disso, abordamos a noção de excluídos do interior proposta por Bourdieu e Champagne (2001), tendo em vista a histórica exclusão social da comunidade surda. A resposta a essa questão é positiva. Contudo, as universidades bilíngues apenas são construídas a partir do esforço coletivo pela utilização das tecnologias a partir da bandeira da inclusão, sob o ponto de vista multicultural.

Palavras-chave: libras, educação de surdos, bilinguismo, educação e tecnologia.

1 Introdução

A articulação entre as novas tecnologias e a educação tem produzido diversos estudos, fomentando debates satisfatórios e capazes de contribuir de forma ativa para o avanço das metodologias educacionais. De acordo com Stumpf (2010) a tecnologia deriva de *téchné*, de origem grega que denota o ato ou efeito de *saber fazer*. Quando é alicerçado ao sufixo *logia*, que significa *estudo*, o termo tecnologia passa a representar um produto relacionado a metodologias e técnicas voltadas à construção de conhecimentos em diferentes áreas do conhecimento.

Após o retorno das atividades presenciais, fruto de sua suspensão com a pandemia de Covid-19, um fato inegável foi o aumento do uso das tecnologias, utilizadas como recursos educacionais indispensáveis (Alvez; Gomes, 2020). Contudo, alguns grupos sociais minoritários permaneceram às margens do acesso pela via tecnológica, ensinando-nos muito sobre as necessidades desses grupos em momentos posteriores. Esse é o caso da comunidade surda que luta com a pouca formação e indisponibilidade de professores, tradutores e intérpretes, limitações no cumprimento das políticas educacionais voltadas para esse grupo que geram o apagamento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e manutenção da exclusão social.

O objetivo deste texto é analisar a inclusão da comunidade surda no Ensino Superior a partir da utilização de recursos tecnológicos, ressaltando que estes são excluídos do interior, a partir de uma concepção histórica de dominação e subordinação. Pautamo-nos nos estudos culturais relativos à comunidade surda e nos aportes desenvolvidos pelo pensamento bourdieusiano sobre os excluídos no interior, indicando as origens da histórica negação da educação ao povo surdo. A partir da utilização desses teóricos questionamos: podemos construir universidades bilíngues a partir da articulação entre a educação de surdos e as tecnologias?

Desenvolvemos nossa exposição a partir de uma pesquisa qualitativa embasada em autores que abordam a surdez a partir do ponto de vista cultural (Strobel, 2009; Stumpf, 2010; Costa; Santos, 2018; Cruz; Alves; Nunes, 2020; Alves; Gomes, 2020). Nosso texto organiza-se da seguinte maneira: inicialmente discorreremos sobre algumas premissas que levam à exclusão da comunidade surda, a partir de sua história e dos pressupostos de Pierre Bourdieu. Em um segundo momento, abordamos premissas a partir das quais as universidades podem se tornar aportes importantes de inclusão, com a utilização das novas tecnologias em seu bojo, mostrando como as pesquisas brasileiras têm se desenvolvido neste sentido. Por último, indicamos algumas considerações.

2 Povo surdo: os excluídos no interior

Bourdieu e Champagne (2001) em *A Miséria do Mundo* abordaram uma questão muito comum e que causa um extremo mal-estar nas escolas que parte, de um lado, da precariedade delas, com o sucateamento da educação e sua massificação e, por outro, a oferta de uma educação elitizada, destinada a poucos. Esses meandros, claramente, ditam os destinos de uma sociedade dividida por classes sociais, embutidos nos discursos pela democratização da educação. Em tese, o acesso à educação não constitui, *per si*, a presença de uma educação de qualidade. Ao contrário disto, é preciso que haja uma distinção lógica e clara entre a inclusão e a mera inserção.

O povo surdo é marcado historicamente pela exclusão. Já na Grécia Antiga, Aristóteles dizia que se as pessoas surdas não podiam falar, logo, poderiam pensar. A falta da razão tornaria as pessoas surdas incapazes de serem educadas. Os surdos eram considerados hereges e castigados pelos deuses, uma vez que a sociedade considerava que apenas aqueles que pudessem se expressar a partir das orações e demais ritos, seriam salvos. Mais adiante, a situação não tornou-se melhor, já que na Idade Média, os surdos eram queimados nas fogueiras. Contudo, a partir do nascimento de surdos em famílias nobres, resultado dos diversos casamentos entre membros da mesma família, os monges beneditinos iniciaram sistemas comunicacionais que marcaram o início de sua educação (Strobel, 2009).

As línguas de sinais provêm das estratégias utilizadas por esses monges para a comunicação básica, sem ferir o voto de silêncio. Na Idade Moderna, sobretudo em razão da transmissão da herança e assunção aos tronos, os surdos passaram a receber uma forma de educação que lhes permitisse a perpetuação das dinastias (Strobel, 2009). A história da educação de surdos nos mostra como, desde seu cerne, ela apenas se desenvolveu para suprir necessidades das camadas mais nobres da sociedade. No cenário atual, vemos que a inclusão parte de um discurso embasado no amparo e na justiça social, mas questionamo-nos em qual medida ela estaria, realmente, galgada nas necessidades da comunidade surda e em diálogo com a língua, a cultura e a identidade desse povo.

Conforme apontamos na seção seguinte, a presença de surdos na Educação Superior é pífia e isso se deve ao descumprimento das políticas públicas capazes de assegurar a igualdade e a democratização, como a utilização da Libras de forma ampla. A Libras sofre um apagamento intencional que leva à dominação e perpetuação do poder e hegemonia do ouvintismo sobre a

comunidade surda, com a negação das diferenças e a construção de estereótipos sobre as deficiências. Os grupos minoritários assim o são porque há uma luta de forças, a partir da (re)produção das desigualdades sociais em uma classificação que beira à utilidade *versus* inutilidade de determinados indivíduos. Para Bourdieu e Champagne (2001), um dos primeiros requisitos para a construção de novos aportes educacionais é a autoconscientização dos próprios mecanismos de exclusão, incrustados nas instituições como se fossem fatos sociais inegáveis.

A partir dessa noção, é possível pensar na construção de ambientes mais integrativos para as línguas minoritárias, destacando sempre que o que se conhece como inclusão, na maioria das vezes, aparece sobrepujado pela inserção. Aquilo que se coloca como *regras tácitas do jogo*, deve ser questionado pela comunidade surda, que, unida deve buscar por melhores condições, pautadas nas legislações já emanadas e que sustentam a educação de surdos no país. Essa incapacidade de *jogar o jogo* é definida por Bourdieu e Champagne (2001) a partir de um destino provável que teriam as pessoas de camadas minoritárias cujos limites estariam estabelecidos implicitamente.

O fracasso não seria fruto da falta ou descumprimento de políticas públicas e busca de soluções adequadas, mas sim, dos próprios grupos que, a partir de uma falsa inclusão, entendem que nada mais é necessário ser feito. “Desta forma, a instituição escolar é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo e fonte de uma imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela” (Bourdieu, Champagne, 2001, p. 483). Passamos à nossa próxima seção.

3 Universidades bilíngues a partir das tecnologias

O bilinguismo na educação de surdos apresenta os meandros estipulados pela Lei nº 14.191/2021 que indica a Libras como a primeira língua da comunidade surda e a língua portuguesa como segunda língua. A educação bilíngue deve ser promovida “[...] ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida” (Brasil, 2021a). Ou seja, o bilinguismo não se fundamenta apenas na Educação Básica, mas deve adentrar também na Educação Superior. Apesar de ser recente a inclusão do bilinguismo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as políticas para a educação de surdos datam dos anos 2000, iniciando-se com o reconhecimento da Libras como a língua de expressão e comunicação da comunidade surda (Brasil, 2002).

Caberia, a partir das políticas emanadas desde o início dos anos 2000, uma maior inserção

de estudantes surdos no ensino superior, sobretudo no que tange ao ensino de Libras como primeira língua, formação de tradutores e intérpretes e ensino de Libras nos cursos de formação de professores. Contudo, o que vemos a partir do Censo da Educação Superior, com dados publicados em 2022, é que não chega a 1% os surdos, indivíduos com baixa visão, ou com surdocegueira matriculados nos cursos de graduação do país (Brasil, 2021b). Outro estudo divulgado pelo Instituto Locomotiva mostra que 32% dos surdos não têm nenhum grau de instrução, 46% têm o Ensino Fundamental, 15% concluíram o Ensino Médio e apenas 7% dos surdos brasileiros finalizaram a Educação Superior (Locomotiva, 2019).

Esses dados nos levam a uma problematização sobre as dificuldades na inclusão de estudantes surdos no ensino superior. A partir de nossos questionamentos, iniciamos abordando a presença da tecnologia nesses espaços. A tecnologia encontra-se presente em todas as áreas da atuação humana. Geralmente relacionada à autonomia, a utilização das tecnologias permite o desenvolvimento pessoal e sociocultural dos indivíduos. Em relação à educação inclusiva, as tecnologias também possibilitam aportes importantes, uma vez que podem propiciar um ensino mais interativo, criativo e dinâmico. Assim, a utilização das tecnologias na educação de surdos deve levar em consideração a oportunidade de oferecimento de garantias reais para propiciar uma educação digna e de qualidade.

Neste artigo tratamos com mais ênfase das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), considerando que há uma vasta gama de tecnologias que podem ser associadas à educação. Cruz, Alves e Nunes (2020) indicam alguns importantes aportes utilizados a partir das tecnologias na educação de surdos. O primeiro deles são os dicionários em Libras. Os dicionários ou glossários propiciam a expansão das línguas de sinais e podem atuar positivamente na formação de tradutores e intérpretes de Libras a partir da explicação de termos usados na língua portuguesa para o vocabulário em Libras. Esses elementos facilitam a ampliação dos conhecimentos científicos, disponibilizados *online* e apresentando os termos traduzidos ou interpretados em Libras.

Dentre as tecnologias que propiciam a tradução e interpretação de termos em Libras destaca-se o wikiLibras e o Hand Talk. Ressaltamos a presença de recursos que se desenvolvem *online*, no navegador dos usuários e em formato de aplicativos que podem ser utilizados nos smartphones dos usuários, facilitando sua utilização e praticidade. Para Cruz, Alves e Nunes (2020, p. 158):

As TICs entram como parte prática que buscam assegurar os recursos para que alunos

surdos e ouvintes possam cada vez mais, ser ativo na construção de sua aprendizagem, para os surdos as TICs são mais que uma opção de comunicação e sim uma ferramenta de aprendizagem em língua de sinais, possibilitando a oportunidade de deixar o português como segunda língua. Quando se oferecem essa oportunidade a pessoa surda contribui para sua interação efetiva na sociedade.

As revistas científicas em Libras também correspondem um avanço na disseminação do conhecimento científico para a comunidade surda. Cruz, Alves e Nunes (2020) listam a Player Rybená, mas também destacamos a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras, cujas publicações ocorrem, irrestritamente, a partir de interpretações em vídeo e em Libras. Há também produções de trabalhos de conclusão de curso ou publicações mais voltadas à educação de surdos, que determinam o envio dos resumos dos textos em Libras. Mesmo que o restante seja em língua portuguesa, o adentramento de vídeos em Libras para os resumos já constitui um avanço importante para a promoção do respeito linguístico e acessibilidade da comunidade surda.

Apesar de sua importância no desenvolvimento das relações sociais, a pesquisa de Costa e Santos (2018) destaca que há poucos trabalhos que realmente mostram resultados importantes no diálogo entre a tecnologia e a educação de surdos. É importante mostrar que além das poucas ações nesta direção, a baixa proficiência dos professores, tanto em Libras, quanto na utilização das novas tecnologias, torna ainda mais precária essa situação. Além disso, não basta que a tecnologia seja aplicada à educação de surdos. Cabe a necessidade, para além disso, da articulação desta com a identidade e a cultura surda, para que o devido respeito a essa comunidade seja prestado. Em geral, a Libras tem sido incluída a partir da adaptação de recursos e materiais, algo que não é indicado, já que a própria língua, apresenta-se como um recurso de acessibilidade.

Para Stumpf (2010), não basta a presença das novas tecnologias para que sua utilização seja efetiva e contribua com o processo educacional. É preciso que as instituições saibam desenvolver as potencialidades de seus educandos na mediação em trabalhos colaborativos. Para tanto, cabe compreender que as estratégias utilizadas na mediação dos conhecimentos entre surdos e ouvintes se diferem. A utilização de imagens, uma vez que a comunidade surda se orienta pelo canal visoespacial, é de suma importância para a busca dessa articulação. Além disso, a construção de interfaces pautadas no uso da Libras, que se destaquem a partir de ícones, animações e filmes, bem como, as mensagens gráficas, pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias articuladas à tecnologia (Stumpf, 2010).

A validação de materiais e *softwares* pela comunidade surda é de fundamental importância para sua

devida utilização e indicação. Em geral, fruto das próprias necessidades e inconsistências na construção de materiais e recursos já disponíveis, essa produção acaba ficando a cargo dos próprios membros da comunidade surda, maiores interessados em sua inclusão e destituídos de apoio em outras instâncias. Encaminhamos algumas considerações finais.

4 Conclusões

A exclusão no interior das universidades, conforme mostramos neste artigo, está presente na Educação Básica e Superior. Menos de 1% dos surdos encontra-se com matrículas ativas nas universidades e esse fator tem ligação direta com a precarização da Educação Básica para esse grupo social (Locomotiva, 2019). A partir dos conteúdos levantados, entendemos que uma universidade bilíngue é aquela na qual se desenvolve a inclusão a partir do respeito às múltiplas culturas e identidades que a permeiam. Retomando ao nosso questionamento inicial: podemos construir universidades bilíngues a partir da articulação entre a educação de surdos e as tecnologias?, indicamos que apenas é possível a construção de universidades bilíngues se esse respeito seja, de fato, promovido.

A tecnologia não se desenvolve de forma isolada. Para tal, cabe a adoção de diferentes estratégias pautadas na mediação consciente dos educadores, com interações promovidas em Libras, assim como, o desenvolvimento de pesquisas e demais atividades relacionadas ao ensino universitário. O ensino como um todo deve cumprir as leis que abarcam a comunidade surda, entendendo que seu sistema comunicacional difere daquele utilizado pelos ouvintes. A partir dessa percepção nega-se à utilização da Libras como L1 desses indivíduos ação que corrobora para o apagamento da cultura, identidade e língua da comunidade surda, aspectos indispensáveis à pluralidade de ideias e democratização do ensino.

Novas investigações podem indicar com maior ênfase e na prática, a adoção das tecnologias na trajetória de surdos matriculados no Ensino Superior, enfocando o aumento na representatividade destes nos diferentes espaços educacionais. Destacamos o desenvolvimento dos glossários de sinais-terminos em Libras desenvolvidos junto às universidades. As pesquisas que apresentam essa finalidade estão contribuindo para a expansão linguística da Libras e melhora da formação de tradutores, intérpretes e professores de surdos.

Referências

ALVES, Jessika Figueredo; GOMES, Jacqueline de Souza. Educação de pessoas surdas em tempos de pandemia: linguagem e relações de poder. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, 6 (especial), p. 325 – 338. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51903>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In.: BOURDIEU, P. (coord.). **A miséria do mundo**. Trad. M. S. S. Azevedo *et al.* 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 481-486, 2001.

BRASIL. **Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.191 de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. 2021 a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art2. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2021**. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2021 b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

COSTA, Larissa da; SANTOS, Lara Ferreira dos. Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica. **Comunicações Piracicaba** v. 25 n. 3 p. 293-320. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3769/2247>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CRUZ, Marly Vasconcelos da; ALVES, Michelle Dwan Silva; NUNES, Edvan Paz. Tecnologia na educação de surdos: um avanço no processo de ensino aprendizagem. **Revista Humanas et al.** Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 9, n. 14, p. 146-161. 2020. Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2023/05/REVISTA-IESF-14a-Edicao.pdf#page=147>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LOCOMOTIVA PESQUISA & ESTRATÉGIA. **Raio X da surdez no Brasil**: prévia da pesquisa. 2019.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis. 2009.

STUMPF, Marianne Rossi. **Educação de surdos e novas tecnologias**. Universidade Federal de Santa Catarina, Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis. 2010.